



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 53/2018

VEREADOR RELATOR: RAFAEL PASQUALOTTO (PP)

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL

VOTOS DOS DEMAIS INTEGRANTES DA COMISSÃO:

ANDERSON ZANELLA (PSD): Seguiu o VOTO do Relator GUSTAVO SPEROTTO (DEM): Seguiu o VOTO do Relator NERI MAZZOCHIN (PP): Seguiu o VOTO do Relator VOLNEI CHRISTOFOLI (PP): Seguiu o VOTO do Relator

Com cinco votos favoráveis, o Projeto de Lei Ordinária nº 53/2018 passa a ser <u>FAVORÁVEL</u> na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezoito.

Vereador MARCOS BARBOSA (PRB)

Presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL.

PROCESSO: 59/2018

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: 53/2018

VEREADOR RELATOR: RAFAEL PASQUALOTTO

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 13 DE ABRIL DE 2018

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL-MANDATO 2017/2020

EMENTA: "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL"

O Membro da Comissão Permanente de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem Estar Social da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves e Relator Da Lei Ordinária nº 53/2018, Rafael Pasqualotto-(Progressista), após proceder a análise da proposição acima referida que "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL" EXARA O SEGUINTE PARECER;

O Projeto de Lei que ora estamos encaminhando pretende que os Vereadores que integram essa Colenda Câmara Municipal autorizem a contratação administrativa, emergencial e temporária de 09 cargos da categoria funcional de Técnico em Enfermagem.

A necessidade temporária de excepcional de interesse público para contratação administrativa, temporária e emergencial dos cargos descritos no art. 1º do projeto de lei, se deve ao fato da necessidade de manter atendimento nas Escolas Municipais, uma vez que se faz necessária a autorização legislativa para a contratação administrativa, temporária e emergencial.

A autorização da contratação que por ora está sendo prevista no projeto de lei, tem fundamento nos artigos 233, inciso III e 234 da Lei Complementar Municipal nº 75, de 22 de dezembro de 2004, e suas alterações, pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, se necessário, e possui impacto orçamentário e financeiro favorável.

Todavia é de competência do Executivo Municipal, conforme Art. 57 em seus Incisos VI e X da Lei Orgânica Municipal, que diante disto, entendemos que a propositura atende a Técnica Legislativa. Portanto, o relator não vislumbra impedimento para que a matéria possa prosperar, ser apreciada e deliberada pelo Soberano Plenário.

O parecer é **Favorável.**

Sala das Sessões, aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e dezoito.

Vereador RAFAEL PASQUALOTTO - Progressista

Relator do Projeto de Lei Complementar 53/2017

Av. Dr. Casagrandre, 270 – Caixa Postal 351 – Bento Gonçalves / RS – CEP 95700-342 Fone: 54 2105.9700 – E-mail: camarabento@camarabento.rs.gov.br